

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.791 - MG (2018/0320443-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : LUCIANA DE OLIVEIRA ALONSO
ADVOGADOS : GILMARA APARECIDA DE CASTRO - MG096833
ANDRE CORREA CARVALHO PINELLI - MG075853
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : RAQUEL CORRÊA DA SILVEIRA GOMES E OUTRO(S) -
MG075445

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. RENOVAÇÕES SUCESSIVAS DE CONTRATO TEMPORÁRIO. PAGAMENTO DO FGTS. HIPÓTESE DE SERVIDOR EFETIVADO POR LEI LOCAL OBJETO DE ADI. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 219, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. ESTADO DE MINAS GERAIS. SERVIDORA EFETIVADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 100/2007. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF NA ADI N.º 4.876. DISPENSA. RECEBIMENTO DE FGTS. NÃO CABIMENTO. VÍNCULO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO. O pagamento dos valores relativos ao FGTS é devido apenas e tão somente aos servidores contratados temporariamente, cujo contrato de trabalho foi declarado nulo, hipótese diversa da versada nos autos, em que a servidora foi efetivada pela LC n.º 100/107, cujo art. 70 foi posteriormente declarado inconstitucional pelo STF no bojo da ADI n.º 4.876.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação aos artigos 4º, IV, da Lei n. 18.185/2009, 19-A da Lei n. 8.036/1990, 37, § 2º, da CF/1988, porquanto as sucessivas renovações contratuais maculam o requisito da temporariedade da contratação e, assim, sua legalidade. Evidenciada a nulidade dos contratos, pugna pela percepção do FGTS relativo ao tempo trabalhado.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 369/373.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, tem-se que o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência pertence ao Supremo Tribunal Federal. Por

tal motivo, não se conhece do apelo especial no tocante à alegação de violação do artigo 37, § 2º, da CF/1988.

Acrescente-se que não é admissível recurso especial para rever a interpretação da lei local considerada pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual não se conhece do apelo no ponto em que se alega ofensa a dispositivo da Lei n. 18.185/2009. Inteligência da Súmula 280/STF.

No que se refere ao artigo 19-A da Lei n. 8.036/1990, depreende-se do acórdão recorrido que a controvérsia foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base na ADI n. 4876, de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator